

dos Reis Rodrigues no cargo de chefe de divisão de Rede Viária, com efeitos a partir de 26 de Outubro de 2007, pelo período de três anos.

24 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos e Organização, *Agostinho Gomes*.

2611048732

Aviso n.º 18 268/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de cabouqueiro operário (processo n.º 21.02/P/DIP/DRH/2006)

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho da vereadora Adília Candeias, com competência delegada na área de recursos humanos, de 17 de Agosto do corrente ano, foi nomeado no lugar de cabouqueiro operário, índice 137, escalão 1, o candidato classificado no concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 1 de Setembro de 2006, e que segundo a acta da reunião do júri, para o efeito designado, é o seguinte:

1.º Ricardo Jorge Crispim Oliveira.

O candidato deverá apresentar-se para tomar posse no lugar nos 20 dias imediatos aos da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

27 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos e Organização, *Agostinho Gomes*.

2611048912

Aviso n.º 18 269/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de auxiliar administrativo (processo n.º 13.02/P/DIP/DRH/2006)

Projecto de lista de classificação final

Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, relativamente ao concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 169, de 1 de Setembro de 2006, se encontra afixado, no Departamento de Recursos Humanos e Organização, sito na Rua de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 39-A, 1.º, em Palmela, o projecto de lista de classificação final e actas que definem os respectivos critérios, podendo ser consultado no período compreendido entre as 8 horas e 30 minutos e as 15 horas e 15 minutos, de segunda-feira a sexta-feira.

Este projecto de lista será submetido a audição no âmbito do exercício de direito de participação dos interessados, podendo os candidatos alegar por escrito tudo que tiverem por conveniente dentro do prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, findo o qual a respectiva lista tornar-se-á definitiva.

4 de Setembro de 2007. — A Presidente do Júri, *Joana Isabel de Castro Vicente Ferreira Monteiro*.

2611048904

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL

Aviso n.º 18 270/2007

Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 10 de Agosto de 2007, e no uso de competência própria que lhe foi conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi renovada a comissão de serviço de chefe de divisão de Obras e Serviços Urbanos de Nelson da Conceição Dias Victor, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2007, nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

16 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Norberto António Lopes Patinho*.

2611048901

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO

Aviso n.º 18 271/2007

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho proferido em 24 de Julho de 2007, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, procedi à reclassificação profissional da funcionária Paula Cristina Guia Santos Pereira, engenheira técnica civil de 1.ª classe, escalão 1, índice 340, para a carreira/categoria de técnica superior de arquitectura de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, nos termos das disposições conjugadas nas alíneas d) e e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 5.º do referido decreto-lei, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a bolsa de emprego público, sobre a existência de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo sido informado da inexistência de pessoal com o perfil pretendido, através do ofício n.º 5652, de 4 de Julho de 2007.

Mais se torna público que a funcionária deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento do visto prévio do Tribunal de Contas.)

11 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*.

2611048607

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

Aviso n.º 18 272/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior 1.ª classe, área de direito

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por meu despacho de 5 de Setembro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, área de direito.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga posta a concurso e caduca com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 159/95, de 6 de Julho.

4 — Local de trabalho — Gabinete Jurídico.

5 — Requisitos especiais de admissão ao concurso — os constantes artigo 4.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

6 — Conteúdo funcional — o descrito no despacho n.º 10 688/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Maio de 1999, e no novo regulamento da estrutura orgânica e quadro de pessoal desta Câmara, republicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 30 de Março de 2007.

7 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel normalizado, de formato A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, entregue pessoalmente na Secção de Recursos Humanos ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao último dia do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, para a Câmara Municipal de Ribeira Grande, Largo de Hintze Ribeiro, Matriz, 9600-509 Ribeira Grande, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal e número de telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Lugar a que se candidata com referência ao aviso de abertura, identificação, número e data do *Diário da República* onde foi publicado;

d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública, reportados à data do termo do prazo da apresentação das candidaturas;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão considerados se devidamente comprovados.

7.1 — Documentos exigidos — o requerimento de admissão deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, da seguinte documentação:

a) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte fiscal;

b) Fotocópia autenticada do certificado de habilitações literárias (ou autenticada nos nossos serviços mediante apresentação do original);

c) *Curriculum vitae* actualizado, devidamente assinado e datado, donde constem, nomeadamente, as funções que tem exercido e respectivos períodos de duração, bem como a formação profissional que possui, devidamente comprovada por documento autêntico, autenticado ou fotocópia conferida nos termos do Decreto-Lei n.º 48/88, de 27 de Fevereiro;

d) Certidão passada pelo serviço onde o candidato desempenha funções, comprovativa dos requisitos exigidos para o concurso, da qual conste inequivocamente a natureza do vínculo, a categoria que detém, o escalão e o índice, o tempo de serviço na categoria e a respectiva classificação de serviço, bem como o tempo de serviço na carreira e na função pública.

7.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

8 — Métodos de selecção — a selecção dos candidatos ao concurso será feita através da aplicação de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

9 — Critérios de classificação:

9.1 — A classificação final dos candidatos ao concurso será expressa pela média aritmética simples das classificações dos diversos métodos de selecção, numa escala de 0 a 20 valores, efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

EPS = entrevista profissional de selecção.

9.2 — De acordo com a alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Afixação e publicação das listas — as listas de candidatos e de classificação final serão afixadas e publicitadas nos prazos e termos estabelecidos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Realização dos métodos de selecção — o dia, hora e local da realização dos métodos de selecção serão marcados oportunamente, sendo os candidatos notificados por escrito.

12 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora promove activamente uma política de igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Foram cumpridos os pressupostos dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

14 — Constituição do júri — o júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Engenheiro José António da Silva Brum, vice-presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

Regina Paula Gouveia Maiato Feijó, chefe de divisão Administrativa e Financeira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr. Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, jurista principal e chefe de divisão Administrativa e Operacional da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Vogais suplentes:

Maria Manuela Tavares da Silva Pereira, técnica superior de 1.ª classe da Câmara Municipal de Ribeira Grande.

Jaime Manuel Serpa Costa Rita, vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Ribeira Grande.

11 de Setembro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *José António da Silva Brum*.

2611049034

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 18 273/2007

Reclassificação profissional

Para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), torna-se público que, por meu despacho de 5 de Setembro de 2007, foram nomeados definitivamente mediante o procedimento de reclassificação profissional, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º e 5.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 1, primeira parte, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, 38.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por expressa remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, os seguintes funcionários do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal:

Artur Albano Fernandes Campos — para a categoria de fiel de armazém do grupo de pessoal auxiliar, com posicionamento no escalão 3, índice 165.

Artur Almeida Branco — para a categoria de canalizador, operário qualificado, com posicionamento no escalão 3, índice 170.

Casimiro Alberto de Sousa — para a categoria de pedreiro, operário qualificado, com posicionamento no escalão 3, índice 170.

José Fernando Alves Vinhais — para a categoria de pedreiro, operário qualificado, com posicionamento no escalão 5, índice 184.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada, para a Gestão dos Recursos Humanos, *Eusébio Candeias*.

2611048770

Aviso n.º 18 274/2007

Concurso externo de ingresso para admissão de bombeiros recrutados com vista ao provimento de 25 lugares vagos da categoria de bombeiros-sapadores — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 3 de Setembro de 2007, fazendo uso de competência delegada, César Henrique Pestana Cordeiro, Pedro Miguel Figueira de Viterbo Badoni, Luís Domingos da Costa Horta, José Carlos Braz Guilherme, Tiago Miguel Figueira da Silva, Jorge Humberto Gabriel Robalo, Tiago Miguel Paquete Teixeira, Yuri Hélio Gil Caldeira, Tiago André Mineiro Brito, Flávio Filipe Ladeiras Casimiro, José Ricardo São Pedro Lindo, Daniel Alexandre Pacheco André, Edy Ambrósio Leong da Silva, Luís Filipe dos Santos Rodrigues Casaleiro, Luís Miguel Rebelo Loução, Mário Fernando da Silva Branco, Daniel Alexandre Feliciano Pereira, João José Gonçalves Teixeira, Pedro Nuno Quá Lemos Costa e Hélder Filipe Escalreira Afonso, aprovados no estágio com a classificação não inferior a *Bom*, foram nomeados definitivamente para o provimento dos lugares vagos existentes no quadro de pessoal da categoria de bombeiro-sapador da carreira de bombeiro-sapador, com posicionamento no escalão 1, índice 154, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, alínea g), e 18.º e no anexo II (a que se refere o n.º 1 do artigo 29.º) do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de Abril (estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local), 6.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), e 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Estas nomeações produzem efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007, para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. [Isento do visto do Tribunal de Contas, conforme o previsto no artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

10 de Setembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada, para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611048784

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 18 275/2007

Discussão pública do projecto de operação de loteamento dos artigos urbanos 2955 e 3023 Rua das Barradas/Rua de Zeca Afonso

Marisa Rodrigues dos Santos, vereadora do pelouro das obras e urbanismo da Câmara Municipal de Sines, faz público, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho,